

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH - HOSPITAL JEAN BITAR									
CNPJ 23.453.830/0015-75									
Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31/12/2025 e 2024 (Em reais)									
Balancos Patrimoniais		Notas	2025	2024	Demonstrações de Resultados e de Resultados Abrangentes				
Ativo/Circulante			48.578.907	53.040.061	Receitas operacionais		Notas	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa		4	3.031.684	531.485	Serviços prestados pacientes SUS			54.235.641	56.869.341
Contas a receber		5	175.879	4.959.154	Receita líquida			54.235.641	56.869.341
Estoques		6	850.031	746.072	Custos				
Outros créditos			101.209	13.125	Serviços de terceiros			(24.935.904)	(25.850.254)
Despesas antecipadas			2.420	2.418	Pessoal e encargos			(12.560.210)	(12.197.023)
Depósitos judiciais		13	564	32.944	Materiais e medicamentos			(10.684.635)	(11.161.812)
Contratos de gestão		3m	44.417.120	46.754.863	Superávit líquido			6.054.892	7.660.252
Não circulante					Despesas				
Depósitos judiciais		13	-	61.077	Pessoal e encargos			(3.140.052)	(3.049.256)
Imobilizado - Próprio		7a	9.376	10.859	Serviços de terceiros			-	-
Imobilizado - Contrato de gestão		7b	3.170.300	3.690.466	Impostos, taxas e contribuições			(32.918)	(89.609)
Total do ativo não circulante			3.179.676	3.762.402	Depreciação/amortização			(554.748)	(493.246)
Total do ativo			51.758.583	56.802.463	Despesas gerais e administrativas		15	(2.939.427)	(4.236.063)
Passivo e patrimônio social/Circulante			52.090.727	56.818.647	Superávit antes do resultado financeiro			(612.253)	(207.922)
Fornecedores		8	4.089.728	6.798.171	Financeira líquidas				
Obrigações trabalhistas		9	2.370.489	2.320.425	Despesas financeiras			(120.559)	(227.554)
Obrigações sociais		10	445.588	375.666	Receitas financeiras			175.563	151.755
Obrigações fiscais			144.929	73.079	Superávit/(déficit) antes de outras despesas e receitas			(557.249)	(283.721)
Outras contas a pagar		11	457.999	164.312	Outras despesas e receitas				
Partes relacionadas		12	164.874	332.131	Doações e subvenções			-	-
Contratos de gestão		3m	44.417.120	46.754.863	Outras receitas e despesas			669.088	549.203
Não circulante			4.327.622	4.755.421	Superávit do exercício			111.839	265.482
Receitas diferidas		14	4.226.396	4.755.421	Outros resultados abrangentes			-	-
Provisões para contingências		13	101.226	-	Total resultado abrangente			111.839	265.482
Patrimônio social			(4.659.766)	(4.771.605)	Demonstrações dos Fluxos de Caixa			2025	2024
Patrimônio social			(4.771.605)	(5.037.087)	Atividades operacionais				
Superávit (déficit) acumulado			111.839	265.482	Superávit do exercício			111.839	265.482
Total do passivo e patrimônio social			51.758.583	56.802.463	Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa				
					Depreciação/amortização			554.749	493.246
					Provisões para contingências			101.226	-
					Superávit/(déficit) do exercício ajustado (Aumento)/redução do ativo			767.814	758.728
					Contas a receber			4.783.275	(4.443.188)
					Estoques			(103.959)	147.107
					Outros créditos			(88.084)	139.155
					Despesas antecipadas			(2)	3.656
					Depósitos judiciais			93.457	(18.363)
					Aumento/(redução) do passivo				
					Fornecedores			(2.708.443)	1.418.574
					Obrigações trabalhistas			50.064	38.628
					Obrigações sociais			69.922	611
					Obrigações fiscais			71.850	(148.866)
					Outras contas a pagar			293.687	46.805
					Receitas diferidas			(529.025)	(447.180)
					Fluxo de caixa gerado/(consumido) pela atividade operacional			2.700.556	(2.504.333)
					Atividades de investimento				
					Aquisição de ativo imobilizado e intangível			(33.100)	(139.711)
					Ajustes de inventário de ativo imobilizado e intangível			-	-
					Fluxo de caixa consumido pela atividade de investimento			(33.100)	(139.711)
					Atividades de financiamento				
					Partes relacionadas			(167.257)	218.060
					Fluxo de caixa gerado/(consumido) pela atividade de financiamento			(167.257)	218.060
					Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa			2.500.199	(2.425.984)
					No início do exercício			531.485	2.957.469
					No fim do exercício			3.031.684	531.485
					Caixa e equivalentes de caixa no fim do período			2.500.199	(2.425.984)
					Demonstrações do Valor Adicionado			2025	2024
					Receitas			54.904.728	57.418.544
					Serviços prestados pacientes SUS			54.235.641	56.869.341
					Outras receitas e despesas			669.087	549.203
					(-) Glosas			-	-
					Insumos adquiridos de terceiros			(38.559.965)	(41.248.129)
					Serviços de terceiros			(24.935.904)	(25.850.254)
					Materiais e medicamentos, despesas gerais e administrativas			(13.624.061)	(15.397.875)
					Valor adicionado bruto (1-2)			16.344.763	16.170.415
					Retenções			(554.748)	(493.246)
					Depreciação/amortização			(554.748)	(493.246)
					Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)			15.790.015	15.677.169
					Valor adicionado recebido em transferência			175.563	151.755
					Receitas financeiras			175.563	151.755
					Valor adicionado total a distribuir (5+6)			15.965.578	15.828.924
					Distribuição do valor adicionado			15.965.578	15.828.924
					Pessoal e encargos			15.700.262	15.246.279
					Impostos, taxas e contribuições			32.918	89.609
					Despesas financeiras			120.559	227.554
					Superávit do exercício			111.839	265.482
					b. Estoques: São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c. Imobilizado: i. Reconhecimento e mensuração: Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. ii. Custos subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela		continua-*		

★ continuação

Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **iii. Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Taxa anual de depreciação - %

Aparelhos méd. e cirurg.	10%
Benfeitorias	10%
Instrumentos de cirurgia	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Móveis e utensílios hosp.	10%
Equip. informática	20%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. **e. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f. Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **i. Provisões para riscos judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **ii. Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g. Apuração do superávit/déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h. Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j. Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2025 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **k. Patrimônio líquido:** Composto pelo superávit/déficit

obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **I. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **m. Contratos de gestão:** Em 2023, a Administração do Hospital concluiu os estudos sobre a adoção dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e optou por reconhecer o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativo à obrigação de execução do contrato pactuado.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2025	2024
Caixa em espécie	2.000	2.000
Banco conta movimento	5.627	5.054
Aplicações financeiras de liquidez imediata	3.024.057	524.431
Total	3.031.684	531.485

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo. **5. Contas a receber:** Referem-se a contas a receber de contrato de gestão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 10/11/2026

	2025	2024
Contrato 007/2021 - SESP	175.879	4.959.154
Total	175.879	4.959.154

Aging List

	2025	2024
A vencer	-	125.878
De 01 a 15 dias	-	4.675.486
De 16 a 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	107.790
De 91 a 180 dias	-	-
De 181 a 360 dias	-	-
+ de 360 dias	125.879	-
Total	50.000	50.000

6. Estoques:

	2025	2024
Drogas e medicamentos	276.202	220.734
Dietas enterais e parenterais	10.938	17.723
Fios cirúrgicos	46.782	44.697
Materiais radiológicos/imagens	1.468	1.787
Materiais de uso do paciente	339.838	280.680
Limpeza e higienização	45.226	32.945
Materiais de laboratório	750	761
Demais materiais	128.827	146.745
Total	850.031	746.072

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

b. Imobilizado - Contrato de Gestão:

	Aparelhos méd. e cir.	Benfeitorias	Eq. infor- mática	Instrumentos de cirurgia	Máquina e equip.	Móveis e utensílios	Móveis e utensílios hosp.	Obras em andamento	Total
Em 31/12/2024									
Saldo inicial	453.877	1.429.901	7.134	223.537	137.946	106.124	1.130.721	553.279	4.042.519
Aquisições	-	-	-	124.111	-	-	-	15.600	139.711
Transferências	530.820	524.234	-	-	-	-	(530.820)	(524.234)	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(138.850)	(190.891)	(4.145)	(39.680)	(30.490)	(22.094)	(65.614)	-	(491.764)
Saldo contábil líquido	845.847	1.763.244	2.989	307.968	107.456	84.030	534.287	44.645	3.690.466
Em 31/12/2025									
Saldo inicial	845.847	1.763.244	2.989	307.968	107.456	84.030	534.287	44.645	3.690.466
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	33.100	33.100
Transferências	-	48.700	-	-	-	-	-	(48.700)	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(138.850)	(255.113)	(1.028)	(39.980)	(30.416)	(22.269)	(65.610)	-	(553.266)
Saldo contábil líquido	706.997	1.556.831	1.961	267.988	77.040	61.761	468.677	29.045	3.170.300

8. Fornecedores:

	2025	2024
Materiais e medicamentos	1.494.976	2.043.097
Serviços	795.824	2.192.345
Serviços médicos	1.164.460	1.853.369
Diversos	634.468	709.360
Total	4.089.728	6.798.171

Aging list

	2025	2024
A vencer	1.594.175	2.053.534
Vencidos	-	-
Até 30 dias	555.639	2.812.847
De 31 a 60 dias	312.247	633.891
De 61 a 90 dias	266.044	561.164
De 91 a 180 dias	124.180	657.136
De 181 a 360 dias	1.179.568	44.718
+ de 360 dias	57.875	34.881
Total	4.089.728	6.798.171

9. Obrigações trabalhistas:

	2025	2024
Ordenados e salários a pagar	846.739	909.686
Provisão férias	1.407.295	1.306.629
Provisões FGTS s/férias	112.255	104.110
Outras provisões	4.200	-
Total	2.370.489	2.320.425

10. Obrigações sociais:

	2025	2024
INSS a recolher	98.103	101.926
FGTS a recolher	131.893	134.833
Empréstimos FGTS	86.278	-
IRRF s/folha a recolher	119.272	127.421
Contr. sindical	10.042	11.486
Total	445.588	375.666

11. Outras contas a pagar:

	2025	2024
Empréstimos de material	611	611
Seguros a pagar	-	-
Adiantamento de clientes	212.763	-
Verba piso salarial da enfermagem (i)	244.625	163.701
Total	457.999	164.312

(i) No ano de 2023/2024/2025, a unidade recebeu recursos destinados ao pagamento do piso salarial da enfermagem por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido na Lei nº 14.434/22, aprovada em 4/08/2022, que promoveu alterações na Lei Federal nº 7.498/86. No decorrer desse período, constatou-se a existência de excedentes desses recursos. Diante disso, a unidade tomará as providências necessárias para realizar a devolução dessas sobras, seguindo os trâmites estabelecidos nas normativas legais e contratuais.

continua-★

→ continuação

12. Partes relacionadas:

Passivo

Sede administrativa

	2025	2024
164.874	332.131	
Total	164.874	332.131
O saldo a pagar em 2025 no passivo circulante de R\$ 164.874 (R\$ 332.131 em 2024), corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão.		
13. Provisões para contingências e depósitos judiciais: a. Processos com prognóstico de perda provável: A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias. A Administração, com base nas recomendações dos consultores jurídicos e na análise da evolução dos processos, considerou que não há a provisão a ser constituída para fazer face aos processos.		
Provável	2025	2024
Cível	-	-
Trabalhista	101.226	-
Total	101.226	-

b. Processos com prognóstico de perda possível: Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores: Possível		
Possível	2025	2024
Cível	1.627.408	1.627.408
Trabalhista	1.311.182	569.990
Total	2.938.590	2.197.398

Ao final do exercício de 2025, a Entidade possuía R\$ 564 em depósitos judiciais para discussão dos processos em andamento. **14. Receitas diferidas:** O montante demonstrado no grupo de receita diferida em 31/12/2025, refere-se à entrada do imobilizado com o contrato de gestão no hospital, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:

	2025	2024
Imobilizado - contrato de gestão	5.703.111	5.670.011
Intangível - contrato de gestão	-	-
Total investido em ativo	5.703.111	5.670.011
Depreciação/amortização acumulada	(2.532.811)	(1.979.545)
Total imobilizado/intangível líquido	3.170.300	3.690.466
Saldo para investimento	1.056.096	1.064.955
Total	4.226.396	4.755.421

15. Despesas gerais e administrativas:

	2025	2024
Serviços de gestão	(985.349)	(1.787.688)
Energia elétrica	(779.349)	(1.162.551)
Aluguel de máquinas	(192.296)	(388.294)
Provisões para contingências	(101.226)	-
Viagens e hospedagens	(24.969)	(27.523)
Outros	(856.238)	(870.007)
Total	(2.939.427)	(4.236.063)

16. Renúncia fiscal: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do IR, da CS e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de

pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2025	2024
Cota patronal/Terceiros e RAT/SAT	3.082.121	3.263.945
INSS	3.082.121	3.263.945
COFINS	1.627.069	1.706.110
COFINS	1.627.069	1.706.110
Total	4.709.190	4.970.055

17. Cobertura de seguros: Em 2025, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos. **18. Instrumentos financeiros:** A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2025	2024
Aplicações financeiras de liquidez imediata	3.024.057	524.431
Contas a receber	175.879	4.959.154
Total ativos financeiros	3.199.936	5.483.585
Fornecedores	4.089.728	6.798.171
Total passivos financeiros	4.089.728	6.798.171

19. Gestão de riscos: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros **i. Riscos de Liquidez:** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **ii. Riscos de Crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. **20. Eventos subsequentes:** Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o Contrato de gestão "Contrato 007/2021 - SES-PA" estava vigente, não sendo realizadas provisões adicionais ou contingências nessas demonstrações contábeis, com perspectiva da Administração de que seja renovada para nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, após seu encerramento em 10 de novembro de 2026. Belém - PA, 25/02/2026.

Diretoria

Giovani Luís Padão Merenda - Diretor Executivo - CPF: 539.924.660-00
Viviane da Costa Conceição - Contadora - CRC PA - 013815/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações financeiras

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Hospital Jean Bitar - Belém - PA. **Opinião com Ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH/Hospital Jean Bitar, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do superávit, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos mencionados no tópico "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH/Hospital Jean Bitar, em 31/12/2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva: Provisão de juros e multas sobre atrasos de pagamentos a fornecedores:** Em 31/12/2025, O Hospital apresentava um montante de R\$ 4.089.728, relativo a fornecedores a pagar, dos quais R\$ 2.495.553 estavam vencidos, conforme demonstrado na nota explicativa 8 - Fornecedores. A Administração não realizou provisão de juros e multas para quitação dos valores em aberto. Entretanto, nas circunstâncias, não foi possível realizar procedimentos alternativos que que pudessem nos fornecer base suficiente para conclusão sobre o montante que deveria ser reconhecido a título de juros e multas sobre os atrasos ocorridos. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisões para riscos e passivos contingentes:** Conforme nota explicativa nº 13, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre

outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações financeiras. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: **Imobilizado de gestão:** Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. **Continuidade operacional:** Chamamos a atenção sobre o descrito na nota explicativa 1(c), em que a Administração apresenta os fatores de contínua elevação de custos da operação de gestão da Unidade e considera como determinantes para o reequilíbrio dos fluxos de caixa futuro, o sucesso na renovação e atualização dos valores de contrato junto à SESPA. Em 31/12/2025, o Hospital possuía excessos de passivos circulantes sobre seus ativos circulantes, apresentando capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 3.511.820 e seu patrimônio líquido estava negativo na ordem de R\$ 4.659.766 (R\$ 4.771.605 em 2024). Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional do Hospital, caso os planos da Administração não sejam concretizados. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com o princípio de continuidade das operações, considerando os melhores esforços da Administração na renegociação do contrato e recomposição de caixa, não sendo apurado ou reconhecida eventuais provisões para descontinuidade das operações. **Transações com partes relacionadas:** A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo sua sede Administrativa, em operações de pagamento de reembolso de despesas compartilhadas. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31/12/2024, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 26/02/2025, com modificações, relativa a ausência de provisão de juros e multas sobre atraso no pagamento de fornecedores. **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31/12/2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentadas como informação suplementar para fins de divulgação, foram submetidas a

continua →

